

EXPANSÃO DO SAGRADO: A TERRITORIALIDADE DA IGREJA CATÓLICA EM SERGIPE - BRASIL

Solimar G. Messias Bonjardim¹.
Maria Geralda de Almeida²

Resumo

No presente estudo busca-se interpretar a territorialidade da Igreja Católica Apostólica Romana no estado de Sergipe, explicando a expansão do território sagrado e seu sistema de redes. Sergipe conta na atualidade com um extenso território sagrado, construído a partir do final do século XVI, com a doação das sesmarias às ordens religiosas, quando a religião estava atrelada ao Estado e Sergipe à Bahia. Com o passar dos anos e o aumento populacional criou-se uma rede de paróquias e bens que foram se desmembrando e expandindo. Em 1910, já com o Estado laico, foi criada a primeira diocese, localizada em Aracaju. Na elevação à Arquidiocese Metropolitana, em 1960, aconteceu a criação de duas dioceses sufragâneas: Propriá e Estância. Em seguida, as dioceses foram sub-divididas em vicariatos, criando novas formas de dominação. Portanto, o território sagrado no Estado conta com ampla rede religiosa, com diversas formas de territorialização, em constante crescimento.

Palavras chaves: Territorialidade; Redes, Paróquias; Igreja Católica.

¹ Doutoranda no Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, sob orientação da Professora Dra. Maria Geralda de Almeida. Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura e colaborador do projeto de pesquisa financiado pela CAPES, entidade do governo brasileiro, voltada para a formação de recursos humanos, pelo edital Pró-Cultura/2009, denominado "A Dimensão territorial das festas populares e do turismo: estudo comparativo do patrimônio imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe", vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFC, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da UFG e Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da UFS. Beneficiário de auxílio financeiro da CAPES Brasil. E-mail: solmessias@yahoo.com.br

² Universidade Federal De Goiás – Brasil. E-mail: mgdealmeida@gmail.com

Introdução

O Brasil é conhecido por muitos atributos, dentre eles pela incrível fé e devoção do seu povo de maioria católica. A paisagem de muitas cidades do país nos faz lembrar esta religião, para isto basta adentrar em seu espaço, não somente urbano, mas também no rural. Em todas as andanças pelo interior, principalmente o nordestino, encontram-se traços dessa devoção.

A Igreja Católica como representante terrena da religião católica desde a Idade Média tenta estabelecer-se como uma unidade político-administrativa e econômica, além de manter a função religiosa. Naquela época, a igreja era o grande senhor feudal: ela construía territórios para assegurar seu poder, dominava as terras por meio de seus vassalos e controlava as pessoas pela fé-religiosa. Esta dominação, além de construir territórios, também construía paisagens próprias do catolicismo, claramente identificáveis. Esse poder durou até a laicização do Estado.

Na atualidade, ela perdeu muito de seu poder de dominação, porém ainda exerce influência tanto sobre católicos quanto não católicos, por meio da determinação de uma cultura baseada na religião, como feriados, festas, crença nos dizeres bíblicos, no estabelecimento de lugares santos, no seguimento de um calendário estabelecimento pela Igreja Católica Apostólica Romana, etc. O sacerdote, neste cenário, ocupa o centro da gestão territorial; ele promove a união entre a população, cria simbolismos e representações próprios da Igreja, sempre aproximando e submetendo as práticas aos ritos oficiais dos romanos.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, o Estado ainda estava atrelado à Igreja Católica, assim o novo espaço foi colonizado com territórios e paisagens formados pela religião. Pelas mãos da Companhia de Jesus o catolicismo se consolidou nas terras brasileiras (ABREU, 1997). Nesse sentido, é possível dizer que o Brasil, conseqüentemente Sergipe, já nasceu religioso, ou pelo menos católico, uma vez que a Igreja desempenhou uma forte influência no poder da monarquia portuguesa.

Assim, de acordo com Bonjardim e Vargas (2010) quando se inicia a ocupação do Brasil, não é somente as leis e regras do Rei de Portugal que acompanham a colonização, mas também as leis e regras da Igreja Católica. Por isso, ao mesmo tempo em que numa cidade é construído o poder do Estado, é também construído o poder de ‘Deus’, na figura de seus representantes na terra: os padres, bispos, missionários de

várias ordens distintas, criando nas cidades brasileiras um cenário muito parecido com o europeu.

As cidades desse período eram construídas, preferencialmente, próximas a rios, o melhor meio de circulação da época. Nas partes altas da povoação estavam localizados os poderes da Igreja e do Estado e ainda a residência dos mais abastados. Na parte baixa, localizava-se a moradia dos menos afortunados, juntamente com o comércio. Como não existia somente uma ordem de missionários, as cidades acabaram ficando repletas de igrejas, pois cada ordem construía a sua, além de capelas ou até mesmo igrejas construídas nas fazendas destinadas à família do senhor das terras, tanto para o dia-a-dia da vida quanto da morte (BONJARDIM & VARGAS, 2010). Esse modelo de ocupação foi acompanhado de um mesmo padrão de construção, conformando uma paisagem comum à época. A organização do espaço em Sergipe enquadrou-se nesse modelo, sendo que, até na atualidade existem algumas cidades neste modelo. Assim, o Brasil se formou um país extremamente católico, mesmo com a separação da Religião e Estado em 1888.

Hoje o país é predominantemente católico, ainda com o catolicismo impregnado em várias paisagens e territórios das cidades. Não é somente de Igrejas e Capelas que as paisagens e territórios católicos são formados, mas também de festas, procissões, quermesses, peregrinações, santuários, colégios, seminários de formação, conventos, etc.

Diante disso, a Geografia, enquanto ciência socioespacial, traz valiosos subsídios para o estudo da territorialidade da Igreja, principalmente por meio de seu viés cultural. A abordagem cultural impôs a necessidade de se repensar a geografia humana, com a ideia de que a geografia não pode ser totalmente separada da cultura de onde se desenvolveu. Essa ideia é exposta por Claval (1992, 2002) e discutida em várias de suas obras. Fica claro não somente em seus estudos, mas também de outros pesquisadores que vieram a aumentar e fortificar essas discussões como Gomes (2005), Santos (2002), Cosgrove (1998), Haesbaert (1999), entre outros, que a abordagem cultural nos traz um vasto leque de possibilidades na análise social, no campo das representações, das percepções, das identidades, dos significados e também das religiões.

A junção da geografia com a religião está dentro do grande leque de possibilidades que emanam do repensar a geografia que a abordagem cultural impôs.

Rosendahl (1995) escreve sobre essa ligação esclarecendo que desde os primórdios o homem era um ser religioso e mesmo não sabendo ou não reconhecendo exatamente a disciplina que chamamos de geografia, ele sempre fez geografia. A junção da Geografia e da Religião pode ser feita porque ambas se encontram na esfera espacial, a geografia porque analisa o espaço e a religião que é um fenômeno cultural acontece no espaço. Desta forma, é perfeitamente lógico o estudo na abordagem cultural da religião, dentre outras da religião católica, que visivelmente cria territorialidades, signos, identidades, significados, define paisagem, territórios, estabelece representações e está visivelmente impregnada na vida do homem contemporâneo com as paisagens e territórios formados pelas Igrejas Católicas.

Desde modo, neste estudo pretendemos interpretar a territorialidade da Igreja católica Apostólica Romana no Estado de Sergipe, explicando a expansão do território sagrado e seu sistema de redes.

As territorialidades da igreja em Sergipe

O Estado de Sergipe está situado entre os estados da Bahia e de Alagoas, na região Nordeste do Brasil, menor estado da federação, na atualidade possuindo 75 municípios e com uma área total de 22.000 m². Com um clima e vegetação diversificada, que perpassa desde a zona da mata de clima quente e úmido até o sertão com clima seco. Neste cenário, o Estado é rico em manifestações, rituais, sincretismos religiosos e paisagens simbólicas.

A paisagem das cidades sergipanas é semelhante a muitas outras do Brasil, isto é, nas cidades do menor estado do país encontram-se presentes aspectos modernos e também rugosidades de tempos passados. O Estado começou a ser colonizado na segunda metade do século XVI, principalmente pela necessidade que se impunha aos portugueses de uma ligação por terra entre o território que hoje é o estado de Pernambuco e a antiga capital da colônia Bahia (SANTANA, 2003). Naquela época, muitos dos contatos com os nativos eram feitos pelos jesuítas com o intuito de catequizar e domesticar e, no território de Sergipe, isso não foi diferente. Conhecido como território de índios ferozes, algumas missões vieram para fazer contato e catequizar os nativos.

Contudo, a colonização efetiva inicia-se somente a partir de 1590, com a conquista do território por Cristóvão de Barros: vilas e povoados foram fundados, as terras distribuídas, a população iniciada. Tudo feito aos moldes dos colonizadores portugueses, que mantêm, como na maior parte da Europa, o Estado atrelado à religião católica (BONJARDIM & VARGAS, 2010).

Em Sergipe a religiosidade sempre esteve presente, na forte presença missionária e no crescente sincretismo religioso da população. O território é rico em manifestações ligadas à Igreja Católica. Ainda hoje, tem-se a percepção que a Igreja tem um grande poder de decisão sobre a vida da sociedade, principalmente nas cidades do interior sergipano. Esta influência começou a ser estabelecida com a construção do território sagrado no final do século XVI, com a doação das sesmarias às ordens religiosas.

O território, conforme explica Raffestin (1993), forma-se a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Isto é, o espaço é bem anterior ao território, que se apoia no espaço, mas não é o espaço; é uma produção a partir do espaço. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço; ou seja, a partir do momento que uma sociedade inseriu suas práticas no espaço, este já é uma apropriação e conseqüentemente um território.

De acordo com Haesbaert (2004), o território, como em qualquer acepção, tem a ver com o poder, mas não apenas o tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação – base para o entendimento do território sagrado. Neste estudo, o território é expresso a partir da apropriação simbólica, da representação. Conforme Raffestin (1993), a representação é uma forma de construção do território; se o espaço tem signos próprios para a sociedade, o local já é um território. “O espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p. 147). Dessa forma, a representação e o espaço não se desvencilham, pois uma separação causaria o fim desse território.

Os territórios formados a partir do espaço representação se constituem por meio da identidade e se mantêm pelas redes e pelas relações de poder. A identidade, como

afirma Castells (1999), organiza significados com base em atributos culturais, ou seja, a identidade é fonte de significados e experiências de um povo e pode estar relacionada, entre diversos fatores, ao poder religioso. Este poder religioso conforme se expande constrói uma rede de territórios dependentes.

Contudo, para existir o território religioso é necessária a construção do espaço-representação. E isso pode acontecer com apropriação por meio da construção de igrejas, capelas, conventos, casas de formação e, também, da realização de festas, quermesses, missas religiosas neste espaço. Esta apropriação que seria a territorialidade da religião.

Segundo Haesbaert (2002, p. 45), territorialidade é o “conjunto de múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder”. Sack (1986, p.219) afirma também: “A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico por meio do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado”. E é assim que a Igreja Católica irá administrar e manter seu território, dando significado e implantando o grande símbolo da instituição: a Igreja.

Neste sentido, os primeiros missionários chegaram para construir o território sagrado antes da colonização. Em 1575 um pequeno grupo de jesuítas se estabelece no território próximo onde hoje se encontra a cidade de Itaporanga d’Ajuda-SE. Esta missão tinha como finalidade catequizar e domesticar os índios. Porém alguns anos depois os jesuítas foram expulsos juntamente com soldados portugueses que os acompanhavam por causa de desentendimentos com os nativos. A segunda missão jesuítica chegou ao Estado na época da colonização efetiva, nos últimos anos do século XVI, com a doação de sesmarias para as ordens religiosas.

De acordo com Freire (1977) o clero secular recebe sesmaria em Sergipe Del Rey um ano depois de sua chegada, por volta de 1600, com doação para o vigário Padre Ferraz. Em 1602 o Padre Gaspar Fernandes, também vigário do clero secular recebe sesmarias. Os Beneditinos chegam por volta de 1603, conforme carta de sesmaria que lhe é dada em agosto de 1603. Os carmelitas, além da Igreja e convento em São Cristóvão, adquirem sesmarias no sul do Estado para produção diversa. Os Franciscanos chegam após alguns anos, em 1657, e edificam na cidade a primeira Igreja franciscana

com o convento em terreno doado pelo sargento Bernardo Correia Lima. Todas estas ordens edificaram Igreja, algumas com convento ou casa de morada, na capital da Província, São Cristóvão.

Além disso, por ser Portugal um país católico e seu povo extremamente fervoroso, os sesmeiros construía no local onde estabeleciam moradia o símbolo do poder religioso: uma Capela/Igreja. Por isso, em todo o Estado existem estas Capelas/Igrejas abandonadas, principalmente as que ficavam na área rural, no meio de fazendas de gado ou engenho de açúcar. Este tipo de construção quanto mais suntuosa identificava a fé e o poder da família construtora. Ou seja, demonstrava o poder da Identidade cultural da sociedade em formação. Autores como Almeida (2003), Claval (1999), Mendes e Almeida (2008), entre outros, enfatizam a força da cultura na criação de identidades, que acaba criando paisagens, representações e símbolos culturais.

Os jesuítas também edificam capelas e casas de morada nas suas terras como nos engenhos Dira, Colégio, Comandaroba, Retiro, Moura e Camassary, onde iniciam produções diversas, com destaque para a cana-de-açúcar, conforme relata o Livro de Tombo da Cúria Metropolitana de Aracaju (S/D). Assim inicia-se os territórios sagrados no estado conformando uma paisagem cultural religiosa e ainda um sistema de redes com a Bahia e Portugal.

Desde o início as Igrejas se organizam em redes de dependência conforme o território religioso cresce. A primeira Igreja do Estado a ser sede de uma Paróquia foi A Igreja Nossa Senhora das Vitórias de São Cristóvão em 1608, ficando o estado todo por quase setenta anos com uma única paróquia ligada a Bahia e também a Portugal. Os padres do clero secular vinham da metrópole ensinar e catequizar em Sergipe.

No fim da década de setenta do século XVII a diocese de Salvador eleva mais quatro Igrejas em paróquias: Santo Antônio e Almas de Itabaiana (1675) no agreste; Santo Antônio de Neópolis (1679), no norte do estado às margens do Rio São Francisco; Nossa Senhora da Piedade de Lagarto (1679); e Santa Luzia do Itanhy na cidade de mesmo nome (1680), no sul do estado. A partir deste momento cada paróquia tem seu território delimitado, sendo subordinadas à diocese da Bahia. Este cenário se expande com os anos, chegando às vésperas da criação da Diocese de Aracaju com uma rede de desmembramentos, conforme Figura 01.

Expansão do sagrado: a territorialidade da igreja católica em Sergipe - Brasil

Solimar G. Messias Bonjardim; Maria Geralda de Almeida

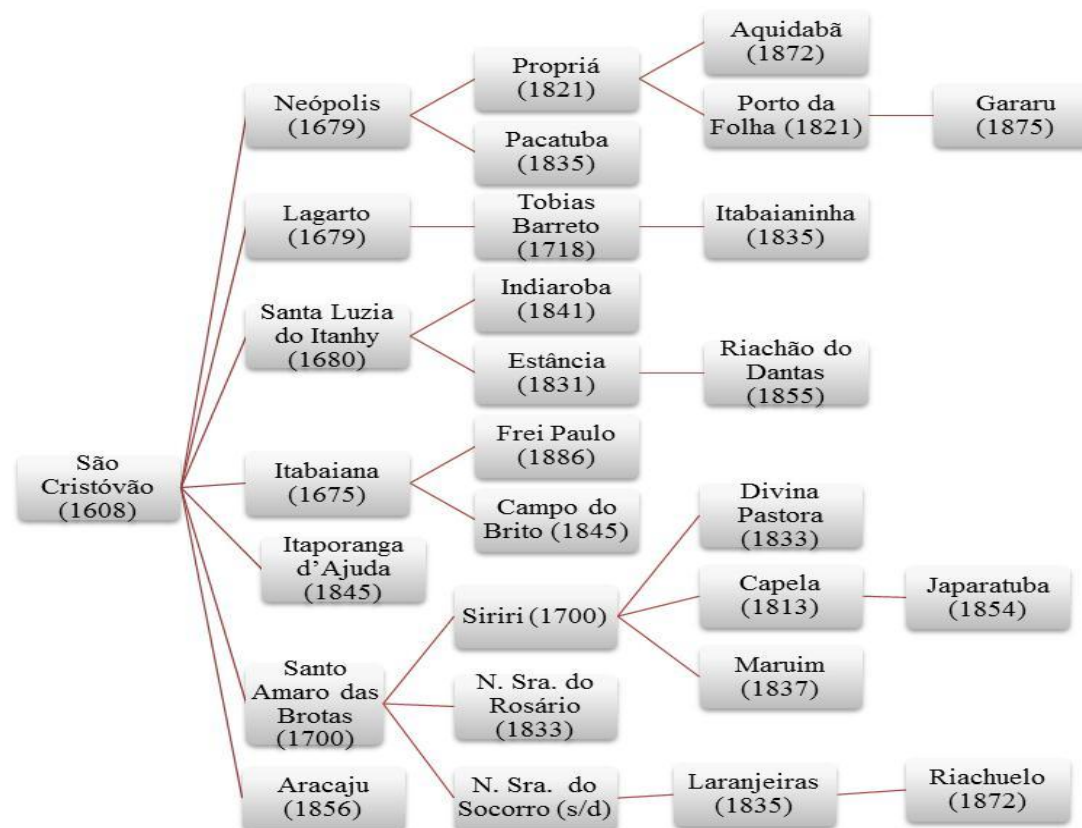


Figura 01: Desmembramento das Paróquias da Igreja Católica do estado de Sergipe (1608-1910). As paróquias estão referenciadas pelo nome das futuras cidades para melhor localização.

Fonte: Livro de Tombo da Criação da Diocese de Aracaju

Todavia, alguns destes primeiros desmembramentos não são mantidos com o decorrer dos anos, certas paróquias são criadas a partir de outras e depois extintas ou reagrupadas, como a Paróquia de Santo Amaro das Brotas³ criada em 1700 com sede na antiga Capela de São Gonçalo⁴. Contudo após anos ela foi agrupada na Paróquia Jesus, Maria e José de Siriri⁵, retornando ao seu papel de paróquia somente em 1768. Outra que acaba dependente é a Paróquia Nossa Senhora do Socorro desmembrada duas vezes, a primeira de Santo Amaro das Brotas e a segunda da Paróquia Santo Antônio criada em 1915 na cidade de Aracaju.

Deste modo, percebe-se que a territorialidade das paróquias está em constante mudança, a partir do momento que uma nova territorialidade é estabelecida, algum outro território perde espaço. Isto por que os territórios vão sendo divididos pelo crescimento da população, aumento do número de fiéis e, também, construção de novas capelas, contudo, o território não perde seu símbolo, nem sua representatividade. Com relação a territorialidade Igreja, pode-se remeter a Gil Filho (2006, 2008), este autor afirma que a instituição mantém seu poder por meio das representações, dos discursos e do sistema simbólico. A ação de reagrupamento das paróquias não desfaz o poder, na verdade aumenta as redes de dominação, principalmente por que a territorialidade da Igreja se mantém, crescendo a dependência pelo discurso religioso para a salvação.

A respeito da independência de Sergipe da diocese da Bahia, o Estado terá sua primeira diocese em 1910, na capital Aracaju. Esta será criada como um desmembramento da Diocese da Bahia, Diocese Primaz Principal – primeira do Brasil, por causa do crescimento do território religioso: aumento no número de fiéis e de Igrejas no Estado de Sergipe. No momento do desmembramento Sergipe contava com vinte e nove paróquias. Após a criação da diocese este número quase duplica, chegando às vésperas da elevação da Diocese em Arquidiocese e dos desmembramentos com cinquenta e seis paróquias.

A elevação à Arquidiocese Metropolitana aconteceu em 1960, juntamente com a criação de duas dioceses sufragâneas: Propriá e Estância. Nesta divisão o Estado ficou

³ Criada como Paróquia Nossa Senhora das Grotas.

⁴ Na atualidade esta capela desapareceu. Os documentos dizem que a partir do momento em que ela perde o status de paróquia, é abandonada e alguns anos depois entra em ruína.

⁵ Nos documentos pesquisados encontramos a Paróquia Jesus Maria e José como sendo do Pé do Banco, antigo nome de Siriri. Isso acontece não somente em Siriri, mas com várias localidades que tiveram seu nome alterado. Neste artigo trataremos todas pelo nome atual.

com a diocese de Propriá no Norte, a diocese de Estância no Sul e a Arquidiocese de Aracaju no centro do Estado, conforme figura 02.

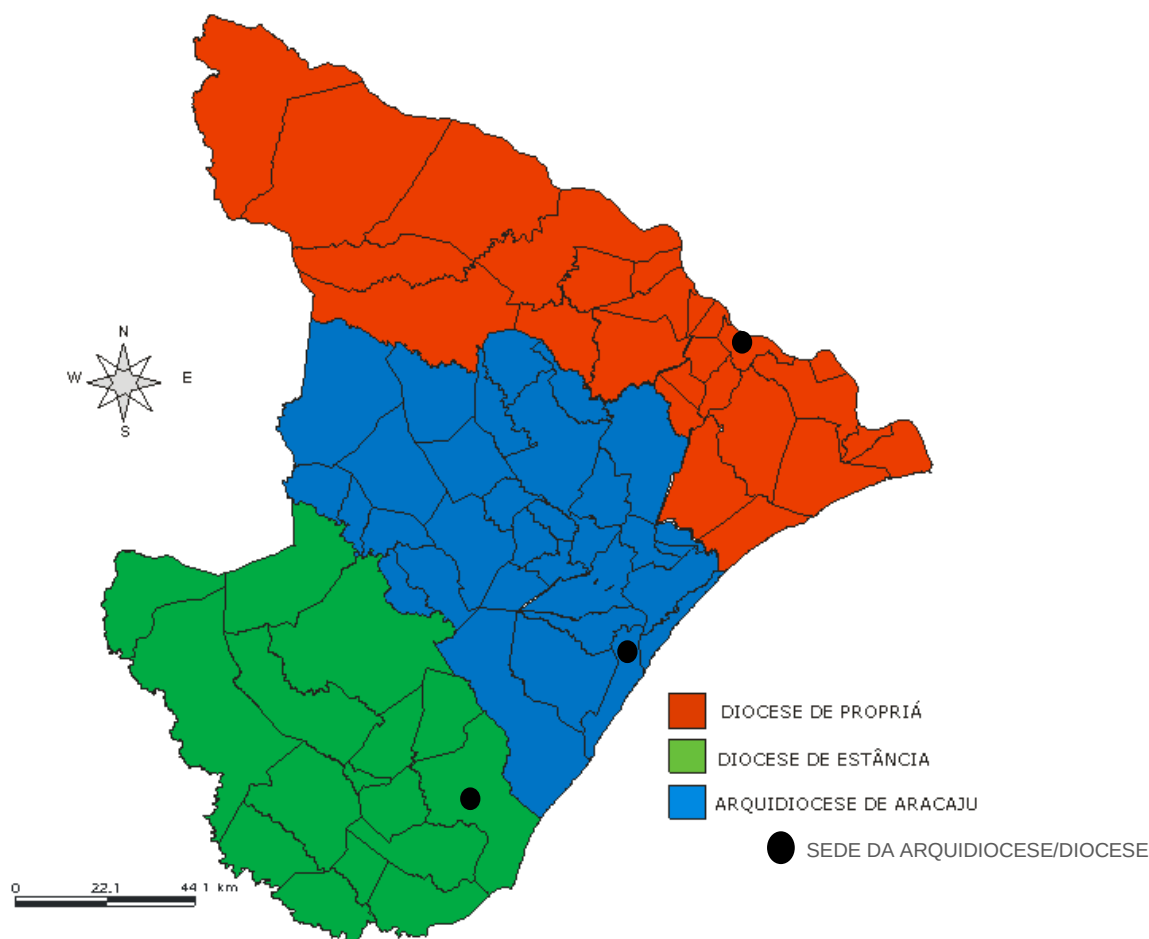


Figura 02: Arquidiocese e Dioceses de Sergipe.

Base Cartográfica: SRH - 2004.

Elaborado por: Solimar G.M. Bonjardim

Com esta divisão o maior número de paróquias ficou concentrado no centro do Estado, ou seja, a Arquidiocese de Aracaju é a maior detentora de Paróquias – com oitenta e quatro – e, assim de territórios religiosos. Principalmente por que nesta área está concentrada a maior parte da população do Estado e, também, as capelas rurais dos antigos engenhos e as Igrejas e conventos de ordens religiosas.

No ano de 2006, os bispos de Aracaju e de Propriá instituíram a divisão das dioceses também em vicariatos, para facilitar a administração e manutenção do território. A arquidiocese de Aracaju está dividida em quatro vicariatos, com o nome

Expansão do sagrado: a territorialidade da igreja católica em Sergipe - Brasil

Solimar G. Messias Bonjardim; Maria Geralda de Almeida

dos quatro apóstolos: São João Evangelista, São Lucas, São Mateus e São Marcos. Propriá está dividida em três vicariatos: Imaculada Conceição, Bom Jesus dos Navegantes e Santíssima Eucaristia. Na figura 03 fica clara a divisão territorial e apresenta as redes de dependência, sendo as sedes diocesanas os nós que irão se ligar diretamente com Roma. Na Diocese de Estância percebe-se um emaranhado de fios de ligação, isto por que cada paróquia se liga diretamente à Cúria Diocesana. Nos outros territórios as paróquias se ligam a sede vicarial e esta com a sede diocesana/arquidiocesana.

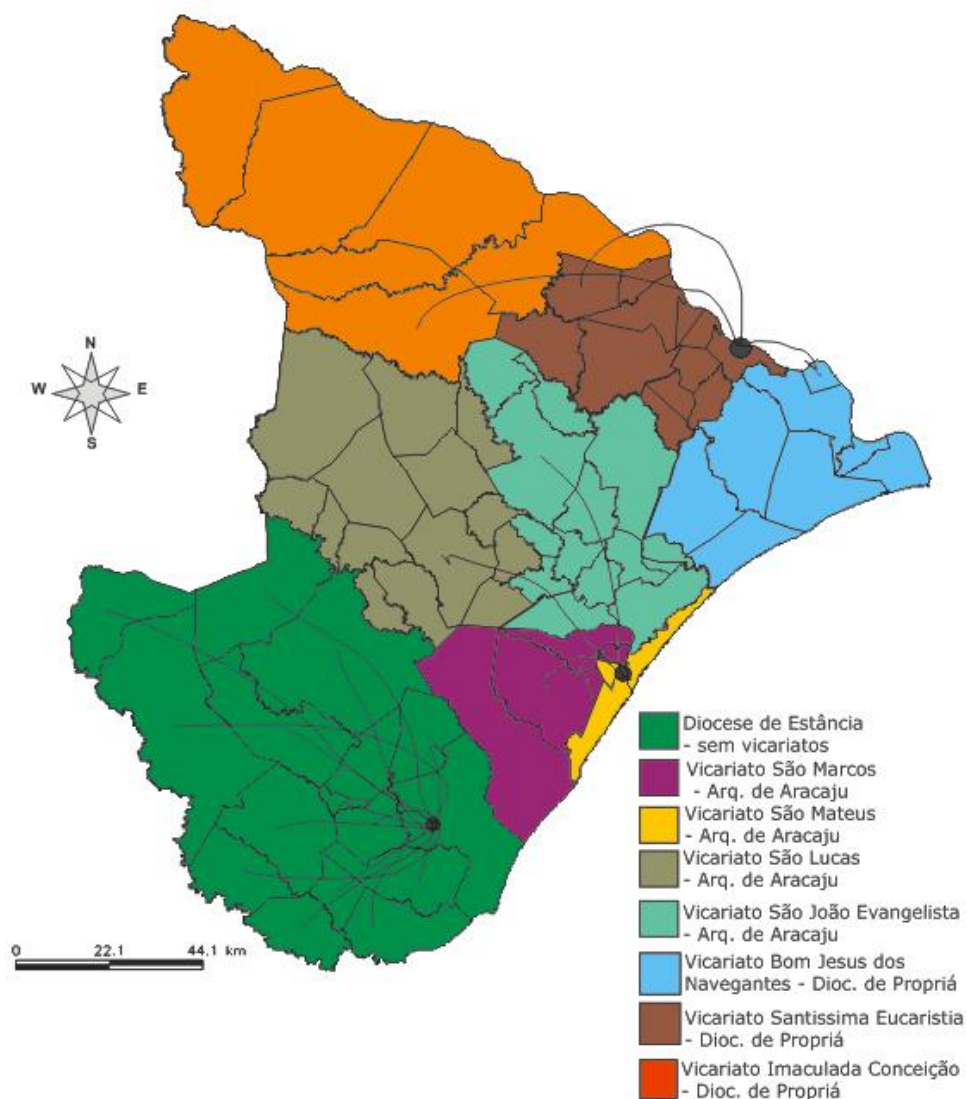


Figura 03: Arquidiocese e Dioceses de Sergipe com seus respectivos vicariatos e redes de dependência – sede da diocese com sede dos vicariatos.

Elaborado por: Solimar G.M. Bonjardim

Base Cartográfica: SRH - 2004.

Vale esclarecer que as dioceses são autônomas entre si, existindo uma relação de unidade, Estância e Propriá reconhecem a arquidiocese de Aracaju, todavia, não são dependentes de Aracaju. Os bispos das dioceses agem independentes do arcebispo. O que existe é um relacionamento de respeito.

Com relação à subordinação, cada vicariato é subordinado a sua diocese. Na verdade, vicariato é uma forma encontrada para facilitar a administração paroquial. Assim sendo, quem decide criar vicariatos é o bispo. Quando se tem muitas paróquias, o vicariato é estabelecido. O vicário episcopal, naquela área, faz às vezes do bispo; ele resolve os problemas da paróquia. Ele acompanha e suaviza o trabalho do bispo/arcebispo, ajudando nas necessidades e realizações para a condução da diocese. Os vicariatos ajudam a criar unidade entre os padres e o bispo e destes com a população.

A subdivisão territorial aumentou a rede de subordinação: as capelas são dependentes de uma paróquia, esta por sua vez é subordinada a um vicariato, este a diocese/arquidiocese, que é dependente direto de Roma. Sergipe é uma província eclesiástica e essa é formada por uma arquidiocese e várias dioceses, todavia, sem vínculo de prestação de contas. A subordinação é direta com Roma, como apresentado na figura 04 abaixo.

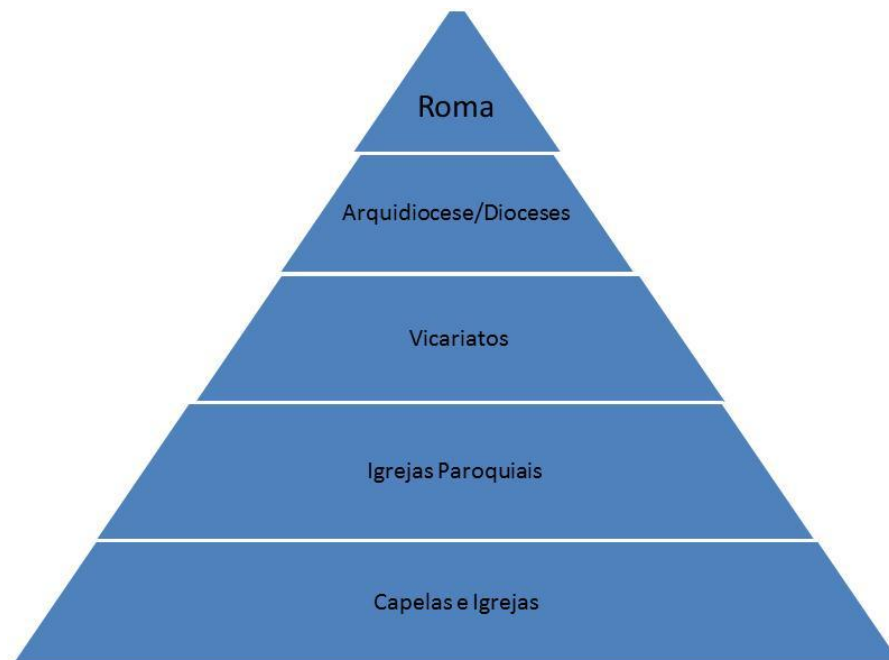


Figura 04: Hierarquia da Igreja Católica.

Todavia, existe no Brasil o território regional que agrupa as diocese/arquidioceses para os diálogos, congressos, seminários, encontros regionais, etc. Sergipe faz parte da região NE03 (nordeste três), formada por Bahia e Sergipe. Os bispos têm encontros e discutem as diretrizes que seguir. Eles podem tomar decisões conjuntas e existir certa união, porém cada um é livre para tomar suas próprias decisões, seguindo apenas as diretrizes romanas, pois a prestação de contas é com o papa. Deste modo, cada bispo tem sua diocese, sendo proibido ditar normas e regras à outra, o mesmo é válido ao arcebispo.

No momento Sergipe conta com um vasto território religioso, formado por mais de setecentas e cinquenta Igrejas⁶. A arquidiocese de Aracaju conta com oitenta e quatro paróquias, contra vinte da diocese de Estância e vinte e cinco de Propriá, num total de cento e vinte e nove Igrejas paroquiais. Além destas ainda temos os seminários, casas de formação, colégios de formação básica e superior, santuários, casas de repouso, casas paroquiais, institutos de vida consagrada e sociedades apostólicas.

Assim, percebe-se a proporção que ganhou o território religioso no menor Estado do Brasil, construído a partir de 1600 com a chegada das ordens religiosas. E a sua territorialidade da Igreja aconteceu juntamente com o crescimento da população e a elevação de algumas povoações em cidades.

Considerações finais

Portanto, percebe-se que na atualidade o território católico do Estado de Sergipe é muito extenso e forma uma paisagem homogênea no local, repleta de símbolos católicos que deixam esta territorialidade marcada e delimitada, perceptiva e representativa, interagindo com o dia-a-dia da população. Vale ressaltar que a territorialidade católica do estado criou uma rede de paróquias, vicariatos, dioceses/arquidioceses independentes e, ao mesmo tempo, interligadas pelas diretrizes de um denominador comum: Roma. Esta territorialidade é, também, a maneira encontrada pela Igreja de estabelecer a ordem e manter o poder em seu território.

Neste sentido, verificamos que todo o território religioso da Igreja Católica veio de uma matriz comum: São Cristóvão, a primeira capital. Com expansão ordenada para

⁶ Capelas, Igrejas, sedes paroquiais, Cúrias Diocesanas/Arquidiocesana, Igrejas desativadas, Igrejas particulares, e as abandonadas, que inclui também as arruinadas que mantém a fachada.

as localidades de maior desenvolvimento econômico. A fragmentação dos territórios levou o estado a ter espaços-representação, pois quando falamos de Paróquias nos remetemos na verdade à Igrejas estruturadas e representativas que gerenciam o território, estabelecendo territorialidades.

Assim sendo, quando interpretado a territorialização da Igreja Católica percebemos que sua expansão se deu em cadeia, ou seja, de acordo com o crescimento das povoações. Em Sergipe a expansão aconteceu com uma forte presença religiosa em todo o território, um território com crescente representatividade católica. Todavia, uma expansão sem dependência, pois uma Paróquia desmembrada torna-se soberana, com suas próprias diretrizes que somam-se as estabelecidas pela Arquidiocese/Diocese.

Destarte, percebemos que o grau de dependência do território religioso é direcionado completamente para a sede Romana. É esta que dita regras e normas, estabelece diretrizes e proibições, deixando algumas decisões livre para o Arcebispo/Bispo decidir sobre a condução das Arquidioceses/Dioceses e, também, decisões para os párocos, contudo, todas regidas por Roma.

Enfim, diante do exposto, podemos esclarecer que os dados levantados nos permitem avançar, num momento futuro, para uma análise dos territórios religiosos e suas relações de poder na tese de doutorado a qual se refere este trabalho.

Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício de Abreu. Apropriação do território no Brasil Colonial. IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 367 p. p. 197 – 245.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, M.G., RATTTS, A.J.P. Geografia: leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003.
- BONJARDIM, S.G.M.; VARGAS, M.A.M. O VISÍVEL E O INVISÍVEL: A paisagem arqueológica da morte em São Cristóvão e Laranjeiras – SE. Ateliê Geográfico, Goiânia, V. 4, n. 10, p. 190-214, 2010.
- CASTELLS, Manuel. O poder da Identidade. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÕES SOCIAIS. Anuário Católico do Brasil, 2009/2010. 12 Edição. Editora Promocat.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORREA, R.C.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) Paisagens, Textos e Identidade. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p. 15-74.

CLAVAL, Paul. “A volta do Cultural” na Geografia. Mercator, Ceará, Ano 01, n. 01, p. 19-28, 2002.

_____. Le theme de la religion dans les etudes geographiques. Université de Paris-IV. Géographie et cultures, n.2, 1992.

COSGROVE, Denis E. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 92-123.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares de vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. 3 ed. São Paulo: Ed. Paulus, 2008.

FREIRE, Felisbello. História de Sergipe. 2 ed. Petrópolis, RJ : Vozes, Aracaju, SE : Governo do Estado de Sergipe, 1977.

GIL FILHO, S. F. Igreja Católica Romana em Curitiba - PR: estruturas da territorialidade sob o pluralismo religioso. R. RA'E GA, Curitiba, n. 7, p. 95-110, 2003.

GIL FILHO, S.F. Espaço Sagrado: estudo em geografia da religião. Curitiba: Editora Ibpx, 2008.

GOMES, Paulo Cesar C. “Versalhes não tem Banheiros!” As vocações da Geografia Cultural. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 19-20, p. 41-49, Jan./Dez. de 2005.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Territórios Alternativos. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). Manifestações da cultura do espaço. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999, p. 169-190.

MENDES, G. F; ALMEIDA, M. G. de. Memória, símbolos e representações na configuração socioespacial do sertão da ressaca – Bahia. Revista Mercator, Fortaleza - Ceará, ano 07, n. 13, p. 29-37, 2008.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. (trad.) Maria Cecília França, São Paulo, Ed. Ática, 1993.

ROSENDAHL, Zeny. Geografia e Religião: Uma proposta. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, Ano I, p. 45-74, out. 1995.

SACK, R. D. Human Territoriality. Its Theory and History. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTANA, Pedro Abelardo de. Da Bahia a Pernambuco no século 16: viagens entre dois pólos da colonização do Brasil. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, Serviço Social do Comércio, 2003.